

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

CONCURSO PÚBLICO **2013**

MANHÃ



PROVA OBJETIVA DE SELEÇÃO

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1** Ao receber este caderno de prova, confira inicialmente se os seus dados pessoais, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua Folha de Respostas. Confira também o seu nome em cada página numerada deste caderno de prova. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de questões indicada em sua Folha de Respostas, correspondentes à prova objetiva de seleção. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos seus dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2** Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da Folha de Respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

O descumprimento dessa instrução implicará a anulação da sua prova e a sua eliminação do concurso.

- 3** Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4** Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da Folha de Respostas.
- 5** Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua Folha de Respostas e deixe o local de prova.
- 6** A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na Folha de Respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

OBSERVAÇÕES:

- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; sac@cespe.unb.br; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- Nas questões de **1 a 100**, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção da sua prova.
- Sempre que utilizadas, as siglas subsequentes devem ser interpretadas com a significação associada a cada uma delas, da seguinte forma: CF = Constituição Federal de 1988; CNJ = Conselho Nacional de Justiça; DF = Distrito Federal; IPTU = imposto sobre a propriedade territorial urbana; ITBI = imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis; MP = Ministério Público; MPU = Ministério Público da União; STF = Supremo Tribunal Federal; STJ = Superior Tribunal de Justiça; TJPI = Tribunal de Justiça do Estado do Piauí.

PROVA OBJETIVA DE SELEÇÃO

QUESTÃO 1

Aos tabeliães de notas, mas não aos notários, compete

- Ⓐ reconhecer firmas em documentos destinados a fins de direito marítimo.
- Ⓑ intervir nos atos e negócios jurídicos aos quais as partes devam ou queiram dar forma legal ou autenticidade.
- Ⓒ formalizar juridicamente a vontade das partes.
- Ⓓ lavrar testamentos públicos.
- Ⓔ autenticar fatos.

QUESTÃO 2

Acerca da organização judiciária do estado do Piauí, assinale a opção correta.

- Ⓐ A responsabilidade pela instalação dos termos judiciários nas comarcas do estado do Piauí é do presidente do tribunal de justiça.
- Ⓑ O Conselho da Magistratura, composto pelo presidente e pelo vice-presidente do tribunal e pelos presidentes das câmaras especializadas, é um órgão de natureza jurisdicional.
- Ⓒ A Corregedoria Geral da Justiça é órgão de fiscalização disciplinar, orientação, controle e instrução dos serviços forenses e administrativos da justiça de primeiro grau.
- Ⓓ A função de corregedor geral da justiça é exercida cumulativamente com a função judicante normal.
- Ⓔ Cada comarca deve corresponder a um município.

QUESTÃO 3

Com base na Lei n.º 8.935/1994, que trata de serviços notariais e de registro, assinale a opção correta.

- Ⓐ Se o titular do serviço for reincidente em infração disciplinar, o juízo competente poderá aplicar-lhe a pena de multa.
- Ⓑ Se, durante o período de apuração de transgressão disciplinar, o titular do serviço for afastado, ele receberá metade da renda líquida da serventia, sendo, ao final, restituído da outra metade, ainda que condenado.
- Ⓒ A perda da delegação por transgressão disciplinar depende de decisão em sentença judicial transitada em julgado.
- Ⓓ Se a apuração de transgressão disciplinar resultar em pena, ela deverá ser aplicada pelo juízo competente, que seguirá a ordem de gradação das penalidades previstas.
- Ⓔ Se, para a apuração de transgressão disciplinar, houver necessidade do afastamento do titular do serviço, ele poderá ser suspenso, preventivamente, pelo tempo que o juiz julgar conveniente.

QUESTÃO 4

Com relação à função correcional nas unidades do serviço notarial e de registro no estado do Piauí, assinale a opção correta.

- Ⓐ A pena de perda da delegação determinada em procedimento administrativo contra notário deverá ser aplicada pelo juiz de direito corregedor.
- Ⓑ O juiz de direito corregedor deverá, mensalmente, efetuar correição ordinária em todas as unidades do serviço notarial e de registro.
- Ⓒ O corregedor geral da justiça poderá avocar sindicância instaurada para apurar faltas disciplinares, independentemente da fase em que ela esteja.
- Ⓓ O corregedor geral da justiça pode, por prazo indeterminado, reexaminar, de ofício, as decisões absolutórias ou de arquivamento, assim como impor as sanções adequadas.
- Ⓔ A corregedoria permanente das unidades do serviço notarial e de registro encontra-se sob a responsabilidade do corregedor geral da justiça.

QUESTÃO 5

O notário eleito vereador

- Ⓐ poderá cumular as atividades, se assim for autorizado pelo corregedor geral de justiça.
- Ⓑ deverá afastar-se da atividade de notário na data da diplomação.
- Ⓒ poderá exercer as duas funções, se o presidente do tribunal de justiça do Piauí assim autorizar.
- Ⓓ deverá afastar-se da atividade de notário na data da posse.
- Ⓔ poderá cumular as atividades se houver compatibilidade de horário.

QUESTÃO 6

Considerando que determinada pessoa tenha apresentado, perante o juiz competente, reclamação a respeito da cobrança indevida de custas e emolumentos do serviço notarial e de registro, assinale a opção correta.

- Ⓐ Aplicada a pena de multa pelo juiz, o delegado do serviço terá cinco dias para efetuar seu recolhimento, sob pena de perda da delegação.
- Ⓑ O juiz somente poderá aplicar multa ao delegado do serviço se ele tiver recebido dolosamente as custas e os emolumentos indevidos.
- Ⓒ Seja em caso de dolo, seja em caso de culpa, o delegado do serviço notarial que tiver recebido indevidamente custas e emolumentos deverá ser punido com multa, independentemente da responsabilidade disciplinar.
- Ⓓ A reclamação deve ser recebida mesmo que tenha sido apresentada verbalmente.
- Ⓔ A decisão proferida pelo juiz após a oitiva do reclamado será irrecurável.

QUESTÃO 7

Com relação ao registro civil de pessoas naturais no Livro E, assinale a opção correta, com base no Provimento n.º 5/2011 da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Piauí.

- A** Em caso de precatória de outro estado, a averbação das sentenças de separação ou divórcio depende de comprovação de registro prévio dessas sentenças no Livro E.
- B** Os acórdãos definitivos de divórcio e de separação serão registrados sob a forma de inscrição no Livro E da comarca da sede do tribunal de justiça do estado.
- C** É vedado o registro de sentenças de interdição no Livro E.
- D** Devem ser registrados no Livro E tanto as sentenças de emancipação quanto os atos dos pais que a concederem.
- E** O traslado, no Livro E, dos assentos de casamento lavrado em país estrangeiro depende de intervenção judicial.

QUESTÃO 8

Com base no Provimento n.º 28/2013 do Conselho Nacional de Justiça, assinale a opção correta quanto ao registro tardio de nascimento por oficial de registro civil das pessoas naturais.

- A** Ainda que um oficial de registro suspeite de fraude, a ele é imposto encaminhar o requerimento do registro, cabendo exclusivamente ao juiz competente exigir provas que atestem sua veracidade.
- B** Não será possível o registro se do requerimento de registro não constarem os prenomes e os sobrenomes dos pais da pessoa a ser registrada.
- C** O procedimento de registro tardio previsto no referido provimento aplica-se à lavratura de assento de indígena no registro civil das pessoas naturais.
- D** O requerimento de registro de nascimento direcionado ao oficial de registro civil independe de testemunhas.
- E** Se o registrando for menor de doze anos de idade, será dispensado o requerimento escrito se o declarante apresentar declaração de nascido vivo.

QUESTÃO 9

Considerando o que dispõe a CF, assinale a opção correta.

- A** Cabe impetração de *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação que afete sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder, independentemente do cargo público ocupado pela autoridade apontada como coatora.
- B** O mandado de segurança destina-se à proteção de direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou o abuso de poder for autoridade ou agente de pessoa jurídica, no exercício, ou não, de atribuições delegadas do Poder Executivo, Legislativo ou Judiciário.
- C** Organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituídas poderão impetrar mandado de segurança coletivo, *habeas corpus* ou *habeas data*, em defesa de qualquer interesse de seus membros ou associados, desde que esteja em funcionamento há pelo menos dois anos.
- D** O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por qualquer partido político, independentemente de representação no Congresso Nacional, bastando, para tanto, que o partido esteja representado em, pelo menos, duas assembleias legislativas.
- E** A concessão de *habeas data* destina-se apenas à retificação de dados, independentemente de prévio manejo de ações judiciais ou de requerimentos administrativos.

QUESTÃO 10

Acerca dos institutos da intervenção federal e estadual, assinale a opção correta com base na CF.

- A** A União intervirá nos estados sempre que ocorrer grave comprometimento da ordem pública e tal intervenção deverá necessariamente ser precedida de solicitação do chefe do Poder Executivo estadual.
- B** É necessária a apreciação do decreto de intervenção pelo Congresso Nacional ou pela assembleia legislativa, que devem ser convocados extraordinariamente caso não estejam funcionando.
- C** Cabe intervenção da União nos estados ou no DF caso haja necessidade de repelir invasão estrangeira ou invasão de uma unidade da Federação em outra, devendo haver prévia solicitação do Poder Legislativo estadual para a execução dessa medida excepcional.
- D** O decreto de intervenção deve necessariamente especificar a amplitude, o prazo e as condições de execução, indicar obrigatoriamente o interventor e ser submetido, no prazo de quarenta e oito horas, ao Congresso Nacional ou à assembleia legislativa, conforme o caso.
- E** A possibilidade de intervenção do estado nos municípios que o compõem restringe-se à inexistência de prestação de contas em conformidade com a lei.

QUESTÃO 11

Considerando as normas constitucionais vigentes, assinale a opção correta.

- A** É possível a sustação do curso de processo cível em que parlamentar figure no polo passivo, ficando, contudo, o prazo prescricional suspenso enquanto perdurar o mandato político.
- B** Divulgado o resultado das eleições, os candidatos eleitos não poderão ser presos, salvo se flagrados em prática criminosa para a qual seja prevista pena mínima que exceda a quatro anos.
- C** O recebimento de denúncia-crime contra congressistas, ocorrida a qualquer tempo, implica automática comunicação à casa legislativa de referência, para o devido exame da questão e, conforme o caso, a sustação do curso da ação penal.
- D** A inviolabilidade penal dos deputados e dos senadores por opiniões, palavras e votos garante-lhes, em qualquer hipótese, o livre exercício de seus mandatos, ainda que haja constrangimento de autoridades causado por críticas dirigidas ao desempenho de suas atribuições.
- E** O sigilo da fonte previsto no texto constitucional como garantia para o livre exercício do mandato parlamentar não abrange as hipóteses em que a informação recebida envolva questão de segurança nacional.

QUESTÃO 12

Assinale a opção correta com base nas normas constitucionais acerca do Poder Judiciário.

- A** Compete concorrentemente ao CNJ propor a criação de varas judiciárias especializadas.
- B** São recorríveis todas as decisões do Tribunal Superior Eleitoral, especialmente as denegatórias de *habeas data* ou de mandado de segurança coletivo.
- C** Cabe a lei complementar de iniciativa do CNJ dispor sobre o Estatuto da Magistratura, a forma de ingresso na carreira da magistratura, bem como os critérios de promoção e aposentadoria de seus membros.
- D** As decisões administrativas em procedimentos disciplinares nos tribunais devem ser sempre motivadas, ocorrer em sessões públicas e ser aprovadas pelo voto de dois terços dos membros presentes na sessão de julgamento do órgão plenário.
- E** Compete ao STJ processar e julgar originariamente, nos crimes comuns, os membros do MPU que oficiem nos tribunais.

QUESTÃO 13

Assinale a opção correta com base no que dispõe a CF acerca do MP.

- A** O MP abrange o MPU, que, por sua vez, compreende o Ministério Público Federal, o MP do Trabalho, o MP Militar e o MP com atuação no Tribunal de Contas da União, e, ainda, o MP dos estados e do DF.
- B** O MP deve promover privativamente a ação penal pública e, concorrentemente, a ação civil pública para a defesa dos direitos individuais disponíveis, especialmente, no que se refere à cobrança de taxas, impostos ou contribuições de melhoria.
- C** O chefe do MPU é o procurador-geral da República, nomeado, pelo presidente da República, entre os integrantes da carreira maiores de trinta e cinco anos de idade, após a aprovação de seu nome pelo Senado Federal, para o mandato de dois anos, sendo permitida a recondução sem qualquer limitação.
- D** Não compete ao MP a elaboração de sua proposta orçamentária, visto que tal iniciativa é exclusiva do chefe do Poder Executivo federal ou estadual, conforme o caso.
- E** Entre os princípios institucionais do MP incluem-se a unidade e a independência funcional, sendo-lhe vedado promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção de interesses difusos.

QUESTÃO 14

Em relação ao controle da constitucionalidade pelo STF, assinale a opção correta.

- A** Compete ao STF julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância quando a decisão recorrida entender válida lei local contestada em face de lei federal.
- B** Toda decisão que for proferida pelo STF em ação direta de inconstitucionalidade e em mandado de segurança coletivo produzirá eficácia geral e efeito vinculante relativamente aos órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
- C** Estão entre os legitimados a propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade o presidente da República, o procurador-geral da República, o advogado-geral da União e o partido político com representação no Congresso Nacional.
- D** Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva a norma constitucional, deve-se dar ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em sessenta dias, contados da publicação do respectivo acórdão no Diário da Justiça da União.
- E** O STF, sempre de ofício e mediante dois terços de seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, poderá aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação ao próprio Poder Judiciário e também em relação aos órgãos da administração direta ou indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

QUESTÃO 15

No que se refere à limitação do poder de tributar, assinale a opção correta.

- A** É vedado aos estados, ao DF e aos municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.
- B** É vedado aos estados e municípios estabelecer, sem qualquer ressalva, limitações ao tráfego de pessoas ou de bens por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais.
- C** É vedada à União a instituição de impostos sobre templos de qualquer culto, especialmente no que diz respeito ao patrimônio, à renda e aos serviços dessas entidades, independentemente de suas finalidades essenciais.
- D** É vedado à União instituir isenção de tributos da competência dos estados, do DF ou dos municípios, salvo se compensá-los com transferências correntes no mesmo exercício fiscal.
- E** Compete à União instituir, por meio de legislação ordinária, impostos e contribuições sociais sobre produtos industrializados, grandes fortunas e a importação de produtos estrangeiros, fixando-lhes as respectivas alíquotas.

QUESTÃO 16

No que se refere a orçamento, assinale a opção correta de acordo com a CF.

- A** Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, como créditos especiais ou suplementares, desde que prévia e especificadamente autorizado pelo Poder Legislativo.
- B** É vedado ao Poder Executivo vincular receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, salvo quando se tratar de destinação de recursos para as atividades esportivas realizadas em instituições públicas de ensino superior.
- C** É de iniciativa do Poder Legislativo a edição de leis relativas ao plano plurianual e aos orçamentos anuais, que deverão ser estritamente observados pelos Poderes Executivo e Judiciário.
- D** As normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta, bem como as condições para a instituição e funcionamento dos fundos devem ser estabelecidas por meio de lei ordinária.
- E** Ao presidente da República é conferido o poder de enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação nos projetos relativos ao plano plurianual e ao orçamento anual, ainda que iniciada a votação na Comissão Mista Permanente, formada com o propósito de avaliar tais projetos.

QUESTÃO 17

Suponha que determinado notário tenha deixado de exigir o pagamento do ITBI no ato da lavratura de escritura de compra e venda, conforme prevê a legislação local, para garantir a celeridade do negócio jurídico. Nesse caso,

- A** o notário enquadra-se na responsabilidade de terceiros, que é do tipo exclusiva ou integral, sem o benefício de ordem.
- B** o notário será solidariamente responsável, sem o benefício de ordem, após a tentativa frustrada do fisco em fazer que o adquirente do imóvel cumprisse a sua obrigação principal.
- C** o notário, nesse caso, estará isento de responsabilidade, pois somente poderia responder por omissões, e nunca por tentar dar celeridade ao negócio jurídico.
- D** a responsabilidade do notário é pessoal, devendo dele ser exigido o pagamento do tributo em primeiro plano, já que ele, tendo de cobrar o pagamento, deixou de fazê-lo.
- E** o notário responderá pelo pagamento do tributo juntamente com o devedor principal, desde o começo da exigência do cumprimento da obrigação principal, por tratar-se de caso de responsabilidade de terceiros.

QUESTÃO 18

Com relação às normas constitucionais que regem o Sistema Tributário Nacional, assinale a opção correta.

- A** As alíneas que disciplinam o inciso III, do art. 146 da CF, que possui a seguinte redação: “estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre:”, devem ser interpretadas como uma enumeração exaustiva, uma vez que lista as hipóteses a serem observadas pela norma geral.
- B** O município pode prescrever regra sobre decadência tributária distinta daquela prevista na lei complementar federal, desde que o faça por lei complementar municipal.
- C** Ao estado da Federação é vedado estabelecer alíquota de ITBI de maneira autônoma e independente.
- D** Segundo o entendimento do STF, via de regra, limitações constitucionais ao poder de tributar integram o rol dos direitos fundamentais do cidadão.
- E** Para a descaracterização da cobrança de uma taxa, basta que sua base de cálculo seja idêntica à de um imposto já instituído de acordo com o STF.

QUESTÃO 19

Com base na Lei n.º 5.425/2004, que dispõe sobre o fundo de reaparelhamento e modernização do Poder Judiciário do estado do Piauí, assinale a opção correta.

- A** O referido fundo é administrado por conselho formado por juízes de 1.º grau e pelo secretário de fazenda do município.
- B** As receitas devem ser utilizadas, primordialmente, para pagamento do custeio de pessoal mais qualificado.
- C** A atualização dos valores referentes aos serviços notariais será feita uma vez ao ano, com base no índice de preços ao consumidor amplo do IBGE, por ato da presidência do tribunal de justiça.
- D** O referido fundo será fiscalizado pelo tribunal de contas do estado, que é órgão auxiliar do Poder Legislativo, sem prejuízo dos atos de controle interno do Poder Judiciário.
- E** Uma das fontes de receita desse fundo consiste na quantia de 5% arrecadada como honorários advocatícios.

QUESTÃO 20

Os emolumentos extrajudiciais de serviços notariais e de registro público podem ser criados ou alterados, a qualquer tempo, pelos tribunais de justiça. Acerca desse assunto, assinale a opção correta.

- A** Incidem imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestação de serviço de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação e contribuições parafiscais nos serviços notariais prestados e cobrados aos cidadãos.
- B** As custas e os emolumentos extrajudiciais têm natureza tributária de taxas cobradas em razão do poder de polícia.
- C** Os emolumentos extrajudiciais podem ser criados pelos tribunais de justiça por provimentos gerais, independentemente da existência de lei que assim os defina.
- D** Para a criação e cobrança de emolumentos extrajudiciais, é necessário observar os princípios da anterioridade e da reserva legal.
- E** A corregedoria dos tribunais tem a função de fiscalizar os serviços notariais e pode, por provimento, determinar e atualizar os valores dos serviços, independentemente de lei.

QUESTÃO 21

Considere que uma autarquia federal que não pratique atividade econômica regida por normas aplicadas a empreendimentos privados e não cobre pagamento de preços ou tarifas do usuário do serviço tenha adquirido imóvel com a finalidade de instalar a sede de sua administração em determinado município. Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** Caso a autarquia federal venda, posteriormente, o imóvel para pessoa física, a imunidade relativa ao ITBI será transferida ao comprador, que estará isento desse imposto.
- B** Para que a autarquia goze da imunidade recíproca, é necessária a prova de que não há pagamento de altos salários aos seus diretores.
- C** No caso de o referido imóvel passar a servir, exclusivamente, de residência oficial do diretor-presidente da autarquia, persistirá a imunidade relativa ao IPTU, uma vez que o imóvel continuará a ser patrimônio da autarquia federal.
- D** A imunidade recíproca somente pode ser aplicada aos impostos federais, como o imposto de renda.
- E** Por ser utilizado para as finalidades essenciais da entidade pública, o referido imóvel é imune ao pagamento do IPTU.

QUESTÃO 22

Acerca da instituição e cobrança de tributos, assinale a opção correta.

- A** Incumbe ao DF instituir e cobrar IPTU sobre a propriedade de imóvel em que funcione igreja devidamente reconhecida e que neste imóvel se cumpra suas formalidades essenciais.
- B** Cabe à União instituir e cobrar imposto sobre a renda auferida por instituição de educação apenas e tão somente porque gera faturamento bilionário.
- C** A instituição de imposto sobre venda de revista de circulação semanal é de competência dos estados, não havendo qualquer vedação constitucional.
- D** À União cabe instituir e cobrar imposto sobre a renda auferida por instituição de educação que aplique parcela de sua receita em país estrangeiro.
- E** Não compete ao município a instituição e a cobrança de taxas pelo exercício do poder de polícia cobradas de autarquia federal.

QUESTÃO 23

A respeito do conflito das leis no tempo, assinale a opção correta.

- A** O princípio do direito adquirido se direciona ao legislador, não ao juiz.
- B** No silêncio do texto legal, a retroatividade da lei será mínima.
- C** Direito adquirido é o que está consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou.
- D** A lei nova não se aplicará a relações nascidas sob a vigência da lei antiga.
- E** A lei pode retroagir para atingir fatos já consumados.

QUESTÃO 24

Declarada a ausência de pessoa casada que tenha desaparecido de seu domicílio sem deixar vestígio e que não tenha deixado representante ou procurador a quem caiba administrar-lhe os bens,

- A** após o trânsito em julgado da sucessão definitiva, o domínio dos bens do ausente transferidos aos sucessores deixará de se revestir de condição resolutiva.
- B** o vínculo conjugal estará dissolvido mesmo antes do trânsito em julgado da sentença da sucessão definitiva.
- C** a lei que regerá a sucessão do ausente será a vigente na data da comprovação da ausência, de forma que a declaração de ausência tem efeitos retroativos.
- D** os bens imóveis do ausente poderão ser hipotecados ou alienados sem autorização judicial, desde que caracterizada sua ruína.
- E** o cônjuge que for sucessor provisório do ausente deverá capitalizar metade dos frutos e rendimentos dos bens que lhe couber e prestar anualmente contas ao juiz competente.

QUESTÃO 25

Considere que Sérgio, pai de Mauro, se reúna com o credor deste e ambos deliberem que a dívida de Mauro seja substituída por um débito de Sérgio. Nessa situação, configura-se a ocorrência de

- A** confusão.
- B** remissão.
- C** sub-rogação.
- D** assunção de dívida.
- E** novação.

QUESTÃO 26

A respeito de testamento, assinale a opção correta.

- A** Caracteriza vício a entrega de minuta de testamento antes de sua leitura e assinatura, ainda que o autor da herança, após a sua leitura, tenha ratificado o seu conteúdo na presença das cinco testemunhas necessárias e do tabelião.
- B** Se um descendente superveniente — filho havido fora do casamento conhecido pelo testador — nascer após a escritura do testamento, deverá haver o rompimento deste, espécie de revogação tácita pela superveniência de fato que retira a eficácia da disposição patrimonial.
- C** A constatação de vício formal, por si só, não deve ensejar a invalidação do ato, máxime se demonstrada a capacidade mental do testador, por ocasião do ato.
- D** Ainda que a escritura pública de testamento reflita as disposições de última vontade do testador, o testamento será nulo se alguma das testemunhas presentes no momento, por exemplo, um funcionário do cartório em que tenha sido lavrado o testamento, tiver assinado o ato sem assistir à manifestação do testador, seja este capaz ou incapaz.
- E** De acordo com o STJ, não é possível o abrandamento das cláusulas de inalienabilidade, incomunicabilidade e impenhorabilidade impostas por testamento para autorizar a alienação de imóvel gravado, por afronta às disposições de última vontade do testador.

QUESTÃO 27

Acerca do usufruto, assinale a opção correta.

- A** Pode-se penhorar o exercício do usufruto ainda que os frutos advindos dessa cessão não possuam expressão econômica imediata.
- B** Ex-cônjuge que ocupa imóvel doado aos filhos pode ser compelido a pagar ao outro ex-cônjuge o equivalente a 50% do valor de locação do imóvel, pelo usufruto, em caráter exclusivo, do bem pertencente à prole.
- C** O Código Civil não autoriza a extinção do usufruto pelo não uso ou pela não fruição do bem sobre o qual ele recai, em razão da função social.
- D** O STJ reconhece que a renúncia do usufruto efetuada pelo executado constitui fraude à execução, por frustrar a penhora.
- E** O fato de o viúvo ser beneficiário de testamento do cônjuge falecido elide o usufruto vidual, que depende da situação financeira do cônjuge sobrevivente.

QUESTÃO 28

No que se refere aos direitos reais de garantia, assinale a opção correta.

- A** O Código Civil veda a instituição de nova hipoteca sob o imóvel hipotecado.
- B** É vedado ao absolutamente incapaz hipotecar imóvel de sua titularidade.
- C** A hipoteca é incompatível com o cumprimento de obrigações de fazer.
- D** Terreno gravado por hipoteca não poderá ser edificado.
- E** O bem de família, a despeito de sua impenhorabilidade, pode ser objeto de hipoteca convencional.

QUESTÃO 29

Em caso de outorga de imóvel, se este não estiver matriculado ou registrado em nome do outorgante, o oficial exigirá a prévia matrícula e o registro do título anterior, qualquer que seja a sua natureza, para dar cumprimento ao princípio da

- A** continuidade.
- B** generalidade.
- C** especialidade.
- D** prioridade.
- E** fé pública.

QUESTÃO 30

O fato de determinada pessoa obrigar-se, por inexperiência, a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta configura

- A** erro substancial.
- B** simulação.
- C** lesão.
- D** estado de perigo.
- E** abuso de direito.

QUESTÃO 31

No que se refere à comunicação dos atos processuais, assinale a opção correta.

- A** Para receber citação em nome do réu, não basta que o advogado tenha procuração com cláusula *ad judicium*.
- B** Juntada de substabelecimento para efetivação da defesa não se mostra hábil, por si só, a demonstrar ciência inequívoca da ação.
- C** O comparecimento espontâneo do réu não supre a falta de citação.
- D** Se o réu for pessoa incapaz com curador especial nomeado judicialmente, a citação poderá ser realizada pelo correio.
- E** A carta de ordem tem caráter itinerante, mas somente poderá ser apresentada a juízo diverso do que dela consta depois de lhe ser ordenado o cumprimento.

QUESTÃO 32

Acerca da citação, da resposta do réu, da revelia e das nulidades processuais, assinale a opção correta.

- A** O fato de um dos litisconsortes ter apresentado contestação é suficiente para afastar os efeitos da revelia ao litisconsorte revel.
- B** Embora seja aplicável à fazenda pública o efeito material da revelia, isto é, a presunção de veracidade dos fatos narrados pelo autor, serão aplicáveis os efeitos processuais.
- C** Não se produzem os efeitos da revelia em embargos à execução fundados em título executivo extrajudicial quando o embargado deixa de impugnar a petição inicial dos embargos.
- D** A omissão, no mandado de citação, acerca dos efeitos da revelia gera nulidade processual e impede a presunção ficta consequente da revelia.
- E** Ao procedimento sumário aplicam-se as regras do procedimento ordinário referentes à decretação da revelia e seus efeitos.

QUESTÃO 33

A respeito da sentença e da coisa julgada, assinale a opção correta.

- A** De acordo com o entendimento do STF, enseja revisão da coisa julgada a modificação superveniente do entendimento jurisprudencial.
- B** De acordo com o STJ, havendo diferença no que diz respeito à possibilidade de produção de provas, não será possível a ocorrência de coisa julgada entre mandado de segurança e ação ordinária.
- C** A alteração dos parâmetros para a apuração do montante devido definidos no título judicial executivo transitado em julgado não configura ofensa ao instituto da coisa julgada.
- D** A antecipação de tutela para o levantamento da parte incontroversa não é suscetível de imunidade pela coisa julgada.
- E** Caso acórdão proferido por tribunal ofenda a coisa julgada, caberá recurso especial, conforme previsão na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

QUESTÃO 34

Acerca da formação, suspensão e extinção do processo civil, assinale a opção correta.

- A** De acordo com o STJ, se o juiz não determinar a suspensão do processo a partir da morte de uma das partes, haverá nulidade absoluta dos atos praticados a partir dessa data.
- B** A perda superveniente de interesse processual do autor, por ausência de necessidade de prosseguir com a ação para obter o resultado útil que pretendia, acarreta a extinção do processo sem resolução de mérito.
- C** Convencionada pelas partes a suspensão do processo por seis meses, a conclusão dos autos ao magistrado para restabelecer o curso do processo dependerá de pedido das partes.
- D** Conforme a jurisprudência do STJ, a extinção do processo sem julgamento do mérito por falta de legitimidade *ad causam* produz coisa julgada material.
- E** A suspensão do processo cível até o julgamento definitivo da ação penal, imposição legal dirigida ao magistrado, visa evitar decisões conflitantes.

QUESTÃO 35

A respeito do litisconsórcio, da assistência e da intervenção de terceiros, assinale a opção correta.

- A** Nas ações de improbidade administrativa, o ente estatal lesado deverá ingressar no polo ativo do feito, sob pena de nulidade.
- B** Conforme a jurisprudência pacificada do STJ, é solidária a condenação da seguradora interveniente por meio da assistência litisconsorcial.
- C** Em atenção à celeridade e à eficiência processual, o STJ considera ser cabível o chamamento ao processo em fase de execução.
- D** De acordo com o STJ, nas ações de indenização fundadas na responsabilidade civil objetiva do Estado, é vedada a denúncia à lide do agente público supostamente responsável pelo ato lesivo.
- E** De acordo com entendimento do STJ, não há óbice ao deferimento de assistência simples em mandado de segurança.

QUESTÃO 36

No que se refere às provas no processo civil, assinale a opção correta.

- A** Tratando-se de contestação de assinatura de documento particular, o ônus da prova caberá à parte que apresentou a impugnação.
- B** A confissão, enquanto meio de prova, conduz a uma presunção absoluta da veracidade dos fatos alegados pelo autor e confessados pelo réu.
- C** Para que o documento seja considerado autêntico, basta que o tabelião reconheça a firma do signatário, declarando que foi aposta em sua presença.
- D** Se o vício do documento particular for de natureza material, poderá ser instaurado incidente de falsidade, havendo possibilidade de condenação do vencido em honorários advocatícios.
- E** O documento público prova a autenticidade da sua formação, mas não os fatos que o escrivão declarar que ocorreram, ainda que tenham ocorrido na sua presença.

QUESTÃO 37

A submissão à identificação do perfil genético, mediante exame de DNA por técnica adequada e indolor, é obrigatória para os condenados pela prática dos crimes de

- A** extorsão mediante sequestro e assédio sexual.
- B** abuso de incapazes e epidemia com resultado morte.
- C** estupro de vulnerável e concussão.
- D** latrocínio e homicídio culposo.
- E** adulteração de produto destinado a fins terapêuticos e estupro.

QUESTÃO 38

Augusto, réu primário, foi condenado, com base no art. 33, *caput*, da Lei n.º 11.343/2006, pela prática do crime de tráfico ilícito de entorpecentes, após ter sido preso em flagrante por portar 10 g de maconha e 20 reais em dinheiro. Durante o interrogatório judicial, Augusto confessou a prática do delito a ele imputado. Ao aplicar a reprimenda, o juiz estabeleceu a pena-base acima do mínimo, em razão da existência de ação penal em curso por crime de roubo qualificado. Depois, diminuiu a pena em razão da confissão. Para o início do cumprimento da pena final aplicada — cinco anos de reclusão —, foi estabelecido o regime semiaberto, tendo sido substituída a pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos.

Em face dessa situação hipotética, assinale a opção correta em relação à aplicação da pena acima descrita.

- A** A ação penal em curso por crime de roubo qualificado caracteriza os maus antecedentes de Augusto, o que justifica o estabelecimento da pena-base acima do mínimo.
- B** O regime inicial de cumprimento de pena deveria ser o fechado, uma vez que o crime de tráfico ilícito de entorpecentes é equiparado a crime hediondo.
- C** Em se tratando do crime de tráfico ilícito de entorpecentes, em nenhuma hipótese, pode a pena privativa de liberdade ser substituída por pena restritiva de direitos.
- D** A pena privativa de liberdade ao final aplicada não poderia ter sido substituída por pena restritiva de direitos.
- E** Por ter sido preso em flagrante, a confissão de Augusto não poderia ter sido utilizada para diminuir a pena que lhe foi imposta.

QUESTÃO 39

Assinale a opção correta em relação ao livramento condicional.

- A** Falta de natureza grave durante o cumprimento da pena privativa de liberdade interrompe a contagem do lapso temporal necessário para a obtenção do livramento condicional.
- B** Terminado o período de prova sem a revogação ou suspensão do livramento condicional, não é possível o reconhecimento da extinção da pena caso se descubra que o liberado tenha sido condenado definitivamente por crime cometido durante a vigência do benefício.
- C** A não reparação do dano causado pela infração penal, quando possível, impede a concessão do livramento condicional.
- D** O juiz detém o poder de determinar a fiscalização do cumprimento dessa medida por meio da monitoração eletrônica.
- E** Ao reincidente específico em crime hediondo poderá ser concedido esse benefício após o cumprimento de mais de dois terços da pena.

QUESTÃO 40

No que se refere à medida de segurança e à sua execução, assinale a opção correta.

- A** A duração máxima do cumprimento da medida de segurança aplicada por sentença transitada em julgado é de trinta anos.
- B** Aplicada a medida de segurança, o prazo mínimo de internação deve ser de três anos, devendo a perícia médica realizar-se ao termo do prazo mínimo fixado e repetir-se a cada ano, ou a qualquer tempo, se o determinar o juiz da execução.
- C** A medida de segurança que substitui a pena privativa de liberdade aplicada em condenação transitada em julgado, em razão de ser o condenado acometido de doença mental no curso da execução penal, terá como limite de duração a pena máxima prevista em lei para o crime praticado.
- D** A prescrição da pretensão punitiva da medida de segurança é calculada com base na pena mínima cominada ao tipo penal atribuído ao agente.
- E** A prescrição da pretensão executória da medida de segurança é calculada com base na pena máxima cominada ao tipo penal atribuído ao agente.

QUESTÃO 41

Túlio sequestrou Caio com o intuito de obter vantagem pecuniária por meio da exigência de resgate. Durante o período em que a vítima permaneceu presa no cativeiro, entrou em vigor uma nova lei penal que agravou a pena referente ao crime de extorsão mediante sequestro. Alguns meses depois, a vítima foi solta em virtude do pagamento do resgate.

Com base nessa situação hipotética e na jurisprudência firmada pelos tribunais superiores, assinale a opção correta.

- A** Se Túlio for condenado por extorsão mediante sequestro, deve ser aplicada a nova lei penal mais gravosa.
- B** Se Túlio for condenado por extorsão mediante sequestro, não se deve aplicar a nova lei penal mais gravosa, em razão do princípio da irretroatividade da lei penal mais severa.
- C** Se Túlio for condenado por extorsão mediante sequestro, aplica-se uma combinação da lei antiga com a lei nova, para que sejam determinadas as disposições mais favoráveis das duas leis.
- D** O crime de extorsão mediante sequestro consumou-se com o pagamento do resgate.
- E** O crime de extorsão mediante sequestro consumou-se com a exigência do resgate.

QUESTÃO 42

Considere que Joaquim, em meados de março de 2011, tenha constrangido, mediante grave ameaça, sua sobrinha de quinze anos de idade a praticar com ele ato libidinoso diverso da conjunção carnal. Nessa situação,

- A** Joaquim praticou, em tese, crime de estupro de vulnerável.
- B** a ação penal deve ser pública condicionada à representação.
- C** a pena deve ser aumentada de metade por ser Joaquim tio da vítima.
- D** a pena deve ser aumentada de um sexto se do crime resultar gravidez da vítima.
- E** Joaquim praticou, em tese, crime de atentado violento ao pudor.

QUESTÃO 43

Assinale a opção correta de acordo com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica).

- A** A pena de morte não deve ser aplicada em nenhuma hipótese, mesmo nos países que ainda não a tenham abolido.
- B** Mesmo que manifeste a intenção de defender-se a si próprio, todo acusado da prática de um delito terá direito irrenunciável de ser assistido por um defensor proporcionado pelo Estado, remunerado ou não.
- C** Toda pessoa acusada de um delito tem direito à comunicação prévia e pormenorizada da acusação formulada, salvo nos casos de crime de terrorismo, quando a comunicação colocar em risco as investigações dos fatos, os interesses da justiça ou a segurança nacional.
- D** O processo penal, em qualquer hipótese, deve ser público.
- E** O direito à vida deve ser protegido por lei e, em geral, a partir do momento da concepção.

QUESTÃO 44

Acerca de fontes, princípios e aplicação do direito processual penal, assinale a opção correta.

- A** O princípio da identidade física do juiz é inaplicável ao processo penal, que, por sua própria natureza, difere do processo civil.
- B** O direito de presença, também conhecido como direito de audiência, atende ao princípio da legalidade e, sobretudo, ao princípio da inocência.
- C** A lei é fonte imediata do processo penal, e, dado o princípio da reserva legal, aos estados-membros é vedado sobre ele legislar.
- D** O princípio do *favor rei* autoriza o juiz a absolver o réu, uma vez configurada a prescrição da pretensão punitiva.
- E** A iniciativa do juiz em trazer aos autos, de ofício, elementos para formar seu livre convencimento viola o princípio da imparcialidade e contraria o sistema acusatório.

QUESTÃO 45

Com relação aos recursos em processo penal e ao *habeas corpus*, assinale a opção correta.

- A** O recurso *ex officio* viola o princípio da inércia, não tendo sido previsto na CF.
- B** A fuga do réu implica o reconhecimento da deserção e a consequente extinção do recurso sem análise do mérito.
- C** Pela Teoria Brasileira do *Habeas Corpus* o remédio constitucional do *habeas corpus* é utilizado sempre que o indivíduo sofrer ou se achar em iminente perigo de sofrer violência, ou coação, por ilegalidade ou abuso de poder.
- D** É vedada a conversão de *habeas corpus* impetrado como preventivo em liberatório, em face da sua natureza jurídica.
- E** Contra a decisão do juiz da execução penal que indeferiu pedido de remição penal cabe apelação.

QUESTÃO 46

Assinale a opção correta acerca de atos processuais e prazos no processo penal.

- A** Em qualquer grau de jurisdição ou tribunal, a intimação do réu será sempre pessoal, de modo a atender-se ao princípio da ampla defesa e do contraditório, sob pena de nulidade.
- B** No processo ordinário, o juiz tem o prazo de dez dias para apresentar a sentença, se não o tiver feito em audiência ou se justificada a complexidade da causa.
- C** No processo sumário, o defensor dativo é intimado pessoalmente da sentença e tem prazo em dobro para recorrer, a contar da data da intimação.
- D** No procedimento dos juizados especiais criminais, se o juiz rejeitar a denúncia, a parte terá o prazo de dez dias para interpor apelação à turma recursal.
- E** O defensor do réu tem o prazo de cinco dias para interpor recurso, contado a partir da data da juntada do mandado de intimação aos autos pelo escrivão.

QUESTÃO 47

Com relação aos procedimentos e à competência em processo penal, assinale a opção correta.

- A** A competência determinada pelo foro por prerrogativa de função, ao afastar a regra do foro pelo lugar da infração, viola a teoria do resultado aplicada ao processo penal.
- B** Há prorrogação de competência por meio da continência quando as infrações penais investigadas são desdobramentos de fatos ligados a inquérito policial em andamento e as provas obtidas em uma investigação podem influir nos rumos da outra.
- C** Na sentença penal condenatória, o juiz poderá fixar valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração e, ainda, processar e julgar a ação civil *ex delicto*.
- D** A justa causa deve ser considerada como condição da ação penal, pois sua ausência implica a rejeição da denúncia ou queixa, nos termos da lei processual penal.
- E** Prefeito municipal, no exercício de suas funções, é sempre julgado pelo tribunal de justiça do estado onde se localiza o município.

QUESTÃO 48

A respeito de provas e prisões no processo penal, assinale a opção correta.

- A** A comunicação relativa aos atos processuais referentes ao ingresso e à saída do acusado da prisão deve ser requerida pelo ofendido ao juiz, a quem caberá analisar e autorizar o requerimento.
- B** A prisão preventiva poderá ser decretada em caso de crime que envolva violência doméstica e familiar contra a mulher, desde que punível com pena privativa de liberdade superior a quatro anos, de modo a garantir-se a execução de medidas protetivas de urgência.
- C** Inadmissível a concessão de liberdade provisória com outras medidas cautelares, quando ausentes os requisitos que autorizam a decretação da prisão preventiva.
- D** As provas obtidas por meio de interceptação telefônica durante inquérito policial não violam o princípio do contraditório, uma vez postergado para a ação penal porventura deflagrada.
- E** Concluídas as investigações, se o inquérito policial carecer dos elementos necessários ao esclarecimento da identidade do indiciado, caberá ao MP representar em favor da decretação de prisão temporária do agente por cinco dias, prorrogáveis por mais cinco.

QUESTÃO 49

Assinale a opção correta a respeito do empresário.

- A** A cooperativa é, por força de lei, considerada empresária.
- B** O empresário deve registrar-se no registro público de empresas mercantis, para o exercício regular da atividade econômica a que se propõe.
- C** O sócio da sociedade empresária é considerado empresário.
- D** Considera-se empresário aquele que pratica atos com finalidade lucrativa de natureza intelectual, científica, literária ou artística.
- E** A sociedade simples é, por força de lei, considerada empresária.

QUESTÃO 50

No que se refere ao registro público de empresas mercantis, assinale a opção correta.

- A** A junta comercial não pode negar arquivamento a documento mercantil que contrarie os bons costumes, visto que lhe cabe tão somente o exame da regularidade e formalidade dos documentos.
- B** O ato de constituição de sociedade apresentado a registro trinta dias depois de sua assinatura passa a ter eficácia a partir da data do despacho que o conceder.
- C** O registro de sociedades anônimas pode ser deferido por decisão singular do presidente da junta comercial.
- D** O Departamento Nacional do Registro do Comércio tem função primordial de natureza administrativa relativa aos serviços de registro público de empresas mercantis.
- E** As juntas comerciais têm função coordenadora e normativa dos serviços de registro público de empresas mercantis.

QUESTÃO 51

No que concerne à propriedade industrial, assinale a opção correta.

- A** Não se considera invenção nem modelo de utilidade o programa de computador em si.
- B** A marca de certificação é utilizada para identificar produtos ou serviços de membros de determinada coletividade.
- C** A proteção conferida por lei às invenções, considerada direito emanado da personalidade do inventor, independe de registro junto ao INPI.
- D** Sobrevindo a extinção do registro da propriedade junto ao INPI, eventual processo administrativo que seja instaurado, antes da extinção, com o fim de declarar sua nulidade, deve ser também extinto, cabendo ao interessado o recurso às vias judiciais para a obtenção de indenização.
- E** A partir do registro da marca, o seu titular pode impedir sua utilização em livro científico, ainda que tal publicação não tenha conotação comercial.

QUESTÃO 52

A respeito do protesto de título cambial, assinale a opção correta.

- A** É cabível o protesto de certidões de dívida ativa da União, estados e municípios.
- B** É cabível o cancelamento do protesto pelo pagamento do título, mediante a apresentação, pelo devedor, no cartório de protestos, de cópias reprográficas dos títulos protestados, desde que devidamente autenticadas.
- C** A intimação de pessoa física para o apontamento de protesto deve ser feita por edital se, tendo sido ela remetida com aviso de recebimento para o endereço do devedor, outra pessoa o tiver assinado.
- D** Cabe a sustação do protesto após a efetivação deste, por causa diversa do pagamento.
- E** Entre os efeitos do protesto cambiário inclui-se a suspensão da prescrição.

QUESTÃO 53

João é endossatário de letra de câmbio que lhe foi endossada por Manuel, que foi avalizado por Jesualdo. Manuel recebera a letra, por endosso, de Carla, que, por sua vez, a recebera de Pedro — o sacador — após o aceite de Jeremias — o sacado —, cuja interdição por incapacidade absoluta fora decretada, tendo a sentença transitado em julgado dois dias antes. Jeremias assinou a letra em branco para que Pedro a preenchesse, segundo o valor que apurasse em determinado negócio. Tal acordo, verbal, não constou do título. Manuel preencheu o título com o valor de R\$ 1.000,00 a mais que o apurado no negócio. No vencimento, Jeremias não pagou o título, e João, seu último portador, pretende cobrar o crédito nele estampado.

Nessa situação hipotética,

- A** Carla poderá, se for cobrada por João e a este pagar o valor da letra, cobrá-la, em regresso, de Manuel.
- B** para cobrar dos endossantes, dos avalistas e do sacador, João deve, obrigatoriamente, protestar o título.
- C** Jeremias só poderá invocar a sua incapacidade absoluta em face de eventual cobrança da parte de Pedro, com quem manteve relação jurídica de base, não sendo possível opor tal exceção em face de João.
- D** João poderá cobrar o crédito diretamente de Jesualdo, que, no entanto, pode, com respaldo legal, alegar ter benefício de ordem e exigir que, primeiro, sejam executados bens de Manuel.
- E** Jeremias pode alegar, utilmente, como matéria de defesa, na cobrança que lhe seja feita por João, que Manoel preencheu o título de forma abusiva, já que, por lei, isso é considerado defeito de forma.

QUESTÃO 54

Assinale a opção correta acerca do processo falimentar.

- A** São ineficazes, perante a massa falida, registros de direitos reais e de transferência de propriedade entre vivos, por título oneroso ou gratuito, ou a averbação relativa a imóveis realizados durante o período suspeito, salvo se tiver havido prenotação anterior.
- B** No caso de alienação da empresa do devedor, na modalidade de alienação em bloco dos seus estabelecimentos, havendo bens cuja transmissão dependa de registro público, o administrador deve obter, antes, autorização judicial para praticar os atos necessários ao registro.
- C** É classificado como crédito com privilégio geral o valor não coberto pela alienação do bem dado em garantia hipotecária.
- D** Os contratos de locação são considerados resolvidos tão logo seja decretada a falência do locatário.
- E** O patrimônio de afetação, devidamente constituído pela averbação no registro de imóveis, não é arrecadado em caso de falência do incorporador.

QUESTÃO 55

No que diz respeito aos contratos bancários, assinale a opção correta.

- A** Se o contratante recebe as faturas mensais do cartão de crédito, falta-lhe interesse processual para, por meio de ação de prestação de contas, procurar averiguar os encargos que lhe são cobrados.
- B** Caso seja vinculada a contrato de abertura de crédito, a cédula de crédito bancário não tem eficácia de título executivo extrajudicial, pelo fato de a liquidação respectiva ser feita unilateralmente pelo credor.
- C** No contrato de mútuo para aquisição de bem imóvel garantido por alienação fiduciária, o oficial do registro de imóveis competente deve averbar a consolidação da propriedade tão logo constatada a não purgação da mora pelo devedor.
- D** No desconto bancário de cheque, havendo cessão de crédito do beneficiário ao banco, a cessão só terá eficácia se o emitente do cheque dela for notificado.
- E** Para a obtenção de reintegração de posse decorrente de inadimplemento de contrato de arrendamento mercantil, é desnecessária a constituição do devedor em mora caso haja, no contrato, cláusula resolutiva expressa operante na hipótese de inadimplemento.

QUESTÃO 56

Acerca dos poderes e deveres do administrador público e dos poderes administrativos, assinale a opção correta.

- A** Considere que determinado servidor cometa infração administrativa e, após o regular trâmite processual administrativo disciplinar, seja punido com suspensão pela autoridade competente. Nessa hipótese, a punição independe de decisão judicial visto que decorre diretamente do poder hierárquico da administração.
- B** O poder regulamentar expressa uma função atípica e deve ser exercido privativamente pelos chefes de cada Poder, atendidos os limites constitucionais.
- C** O poder de polícia reflete uma das mais importantes prerrogativas conferidas à administração, sendo exercido pela Polícia Federal no âmbito da União, e pela polícia civil no âmbito dos estados.
- D** Os poderes administrativos são faculdades outorgadas aos agentes públicos com a condicionante de beneficiarem a sociedade.
- E** Considere que um servidor cometa infração administrativa e, em razão disso, a autoridade administrativa o remova com a finalidade de puni-lo. Nessa situação, ainda que possua competência para o ato de remoção, a autoridade administrativa incorre em desvio de poder.

QUESTÃO 57

A respeito dos atos administrativos, assinale a opção correta.

- A** A ratificação é forma de convalidação de ato administrativo com vício sanável, produzindo efeitos a partir do momento em que seja sanado o vício.
- B** Considere que um governador de estado tenha delegado determinada competência a um secretário de Estado, que, no exercício da função delegada, emita ato ilegal. Nessa situação, a responsabilidade pela ilegalidade do ato deve recair apenas sobre a autoridade delegada.
- C** Ato administrativo editado com vício de finalidade pode ser convalidado pela mesma autoridade que o tenha emanado ou por superior hierárquico.
- D** A venda de bem público pela administração, apesar de ser regida pelo direito público, coloca o particular em posição de igualdade com o poder público.
- E** Todos os atos da administração que produzem efeitos jurídicos, ainda que regidos pelo direito privado, são considerados atos administrativos.

QUESTÃO 58

No estado X, as ações relativas à contratação e à aquisição de bens e serviços eram de responsabilidade de cada secretaria de Estado, na medida de sua necessidade. A fim de conferir maior economia e eficiência à gestão dos recursos públicos, o estado decidiu pela criação da Secretaria de Estado de Aquisições.

Nessa situação hipotética, a decisão administrativa, nos termos da doutrina, caracteriza-se como

- A** desconcentração administrativa.
- B** desvinculação administrativa.
- C** descentralização administrativa.
- D** centralização administrativa.
- E** concentração administrativa.

QUESTÃO 59

Acerca da organização administrativa brasileira, assinale a opção correta.

- A** Segundo o STF, os agentes públicos de sociedade de economia mista, por serem submetidos ao regime celetista e vinculados a uma pessoa jurídica de direito privado, não se submetem ao teto salarial constitucional.
- B** O Sesi e o Sesc, entidades paraestatais de direito privado, apesar de terem sido criadas por lei, não integram a administração indireta, atuando em colaboração com o Estado.
- C** Diferentemente das autarquias e fundações públicas, cuja composição do capital é exclusivamente pública, por exercerem funções estatais típicas, as sociedades de economia mista e as empresas públicas conjugam capital público e privado, sendo eminentemente empresarial a natureza de suas atividades.
- D** As agências reguladoras e as agências executivas são autarquias criadas por lei pelo Estado, cuja finalidade precípua é o controle da atividade econômica exercida por prestadores de serviço público.
- E** Ao contrário dos municípios, os estados-membros poderão ter a sua administração indireta.

QUESTÃO 60

Acerca das licitações, assinale a opção correta.

- A** A revogação da licitação pelo Poder Judiciário pressupõe a existência de fatos supervenientes devidamente comprovados, pertinentes e que sejam suficientes para justificar o desfazimento da avença.
- B** Segundo entendimento do STJ, para a realização de licitação, não se exige a disponibilidade financeira, mas tão somente a previsão desses recursos na lei orçamentária.
- C** Considere que o estado X pretenda contratar uma renomada banda nacional para a realização de um espetáculo musical em comemoração ao aniversário do estado. Nessa hipótese, a contratação da banda pode ser feita por dispensa de licitação, por se tratar de profissionais do setor artístico consagrados pela opinião pública.
- D** Segundo entendimento do STJ, em caso de comprovada irregularidade fiscal de empresa contratada mediante licitação, é lícita a retenção do pagamento devido à contratada até a regularização desta perante o fisco, ainda que não haja a rescisão do contrato.
- E** Leilão é a modalidade licitatória destinada à venda de bens inservíveis para a administração ou legalmente apreendidos ou adquiridos por força de execução judicial, bem como para alienação de bens imóveis.

QUESTÃO 61

Em relação a serviços públicos, improbidade administrativa e responsabilidade civil do Estado, assinale a opção correta.

- A** A responsabilidade do tabelião, conforme entendimento do STJ, é objetiva pelos danos resultantes de sua atividade notarial e de registro, exercida por delegação.
- B** De acordo com o STF, os serviços públicos notariais e de registros públicos são funções próprias do Estado, delegadas às pessoas naturais ou à empresa constituída para tal finalidade específica, sob a fiscalização do Poder Executivo, com auxílio do Poder Judiciário.
- C** Segundo o STJ, os agentes públicos respondem objetivamente pelos atos de improbidade administrativa, todavia, quando da aplicação de eventual penalidade, deverão ser observadas a natureza e a gravidade da infração.
- D** Existe a possibilidade de acordo ou transação em sede de ação de improbidade administrativa, desde que o agente público realize o ressarcimento ao erário antes da sentença.
- E** Ao contrário das permissões, ato para o qual não se exige prévio procedimento licitatório, exige-se, em regra, a realização de licitação para as concessões para a prestação de serviços públicos.

QUESTÃO 62

Em relação ao controle da administração pública e ao processo administrativo, assinale a opção correta.

- A** De acordo com a Lei Complementar Estadual n.º 13/1994, a transferência é forma de vacância e se consubstancia na movimentação do servidor de um cargo de provimento efetivo para outro cargo vago, da mesma denominação e vencimento, de quadro diverso, dentro da administração direta, da autarquia e da fundação pública.
- B** Nos termos da Lei Complementar Estadual n.º 13/1994, a aplicação de penalidades aos servidores públicos é ato privativo do governador do estado.
- C** Não é cabível o controle financeiro exercido pelo Poder Legislativo nas unidades administrativas do Poder Judiciário, haja vista a autonomia financeira garantida constitucionalmente a este Poder.
- D** As sociedades de economia mista, que exercem atividade eminentemente empresarial e cujos recursos provêm de particulares, não se submetem ao controle do tribunal de contas.
- E** Segundo o STF, nos casos em que a administração tenha exercido seu poder de polícia, é legítima a exigência de depósito prévio de valores para a admissibilidade de recurso administrativo.

QUESTÃO 63

Conforme a Lei n.º 11.977/2009, que trata do sistema de registro eletrônico, o registrador tem o dever de inserir em sistema eletrônico

- A** todos os atos registrais anteriores à sua vigência, não sendo necessário disponibilizar ao Poder Executivo federal o acesso às informações constantes de seus bancos de dados.
- B** todos os atos registrais anteriores à sua vigência, assim como o de disponibilizar ao Poder Executivo federal, por meio eletrônico e sem ônus, o acesso às informações constantes de seus bancos de dados, conforme regulamento.
- C** apenas os atos registrais posteriores à vigência da Lei n.º 6.015/1973, além de o de disponibilizar ao Poder Executivo federal, por meio eletrônico e sem ônus, o acesso às informações constantes de seus bancos de dados, conforme regulamento.
- D** apenas os atos registrais posteriores à vigência da Lei n.º 6.015/1973, assim como o de, mediante pagamento de taxa, disponibilizar ao Poder Executivo federal, por meio eletrônico, o acesso às informações constantes de seus bancos de dados, conforme regulamento.
- E** apenas os atos registrais posteriores à vigência da Lei n.º 6.015/1973, não sendo necessário disponibilizar ao Poder Executivo federal o acesso às informações constantes de seus bancos de dados.

QUESTÃO 64

De acordo com o Código de Normas e Procedimentos dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Piauí, a extração de uma certidão de inteiro teor

- Ⓐ deve-se dar por meio impresso, reprográfico ou digital, à escolha do oficial ou do interessado.
- Ⓑ pode-se dar por meio datilográfico, impresso, reprográfico ou digital, à escolha do oficial, salvo se o interessado pedir para recebê-la em formato digital.
- Ⓒ pode-se dar por meio datilográfico, impresso, reprográfico ou digital, à escolha do oficial, independentemente de pedido do interessado.
- Ⓓ deve-se dar por meio impresso, reprográfico ou digital, à escolha do oficial, independentemente de pedido do interessado.
- Ⓔ deve-se dar por meio impresso, reprográfico ou digital, à escolha do interessado.

QUESTÃO 65

Um dos princípios que regem a atividade registral é o da atualidade, entendido, consoante o Código de Normas e Procedimentos dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Piauí, como o uso de métodos, instalações e equipamentos que correspondem a padrões de modernidade e avanço tecnológico, bem como a sua ampliação. De acordo com esse código, na ampliação da capacidade de produção, devem-se considerar

- Ⓐ os padrões de investimento estabelecidos pela corregedoria para o número de atos praticados pela serventia e sua circunscrição de atuação.
- Ⓑ os padrões de investimento estabelecidos pela corregedoria para o número de atos praticados pela serventia e a capacidade de investimentos decorrente de sua receita.
- Ⓒ a quantidade de atos praticados pela serventia e sua circunscrição de atuação.
- Ⓓ as necessidades dos usuários da serventia e a capacidade de investimentos decorrente de sua receita.
- Ⓔ as necessidades dos usuários da serventia e os padrões de atendimento estabelecidos pela corregedoria para o número de atos por ela praticados.

QUESTÃO 66

Conforme o Código de Normas e Procedimentos dos Serviços Notariais e de Registro do estado do Piauí, ao designado pelo corregedor para responder por serventia vaga é permitido, independentemente de autorização,

- Ⓐ contratar novas locações de bens móveis, ainda que onerem a renda da unidade vaga de modo continuado.
- Ⓑ contratar novos serviços, ainda que onerem a renda da unidade vaga de modo continuado.
- Ⓒ aumentar o salário de prepostos que já estejam na serventia.
- Ⓓ contratar novos prepostos registrados em seu nome.
- Ⓔ contratar novos prepostos registrados em nome da serventia.

QUESTÃO 67

De acordo com o previsto no Código de Normas e Procedimentos dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Piauí, no caso de não haver nenhum inscrito em concurso para o provimento da titularidade de determinada serventia, em razão de sua baixa rentabilidade, a Corregedoria Geral de Justiça

- Ⓐ poderá determinar que o serviço seja acumulado a outra serventia, até que haja concurso para seu provimento, devendo os livros da serventia não provida, se determinada a acumulação, ser encaminhados à serventia de destino, onde serão encerrados.
- Ⓑ deverá determinar que o serviço seja acumulado a outra serventia, até que haja concurso para seu provimento, situação em que os livros da serventia não provida deverão ser encaminhados para utilização para registro dos atos relativos a sua circunscrição.
- Ⓒ deverá determinar que o serviço seja acumulado a outra serventia, até que haja concurso para seu provimento, situação em que os livros da serventia não provida deverão ser disponibilizados para consultas.
- Ⓓ deverá determinar o fechamento da serventia e a disponibilização de seus livros para consultas.
- Ⓔ poderá determinar que o serviço seja acumulado a outra serventia, até que haja concurso para seu provimento, devendo os livros da serventia não provida, se determinada a acumulação, ser encaminhados para utilização para registro dos atos relativos a sua circunscrição.

QUESTÃO 68

A legislação federal referente à fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro prevê, expressamente, que aos emolumentos seja aplicado o princípio tributário da

- A vedação ao confisco.
- B anterioridade.
- C uniformidade geográfica.
- D legalidade.
- E capacidade contributiva.

QUESTÃO 69

Com base nas disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a opção correta.

- A A adoção, para cuja consecução é admitida a utilização de procuração por instrumento público, é medida irrevogável.
- B A competência para processar e julgar as ações conexas de interesse de menor é, em princípio, do foro do domicílio do réu.
- C A colocação de criança ou adolescente em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou do adolescente.
- D A guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou ao adolescente, o que confere ao seu detentor o direito de opor-se a terceiros, salvo com relação aos pais.
- E O deferimento da tutela pressupõe a prévia destituição do poder familiar e não implica necessariamente o dever de guarda.

QUESTÃO 70

No que se refere aos registros, às averbações e às anotações relacionados às pessoas naturais, assinale a opção correta.

- A Antes de averbadas, as sentenças já produzem efeitos contra terceiros.
- B A averbação é lavrada diretamente à margem do registro a que se refere e, por si só, já promove sua alteração jurídica.
- C As sentenças de nulidade ou anulação do casamento não serão averbadas enquanto estiverem sujeitas a recurso, a não ser que este seja recebido somente no efeito devolutivo.
- D Registro é o ato principal lavrado em livro próprio, de conhecimento público e verdadeiro, porém transitório.
- E A anotação, referência a ato escriturado no cartório, consiste em remissões recíprocas dos registros e averbações, no caso de uma mesma serventia, com a finalidade de modificar ou cancelar o registro.

QUESTÃO 71

A respeito de escrituração dos livros do registro civil das pessoas naturais, assinale a opção correta.

- A A conversão da união estável em casamento deve ser lavrada no Livro E.
- B Os casamentos celebrados no exterior por autoridade estrangeira e cujas certidões tenham sido legalizadas por cônsules devem ser transcritos no Livro B.
- C A sentença de morte presumida deve constar do Livro C.
- D Tanto o registro de emancipação quanto o da interdição devem ser feitos no Livro E.
- E Se uma criança morrer na ocasião do parto, tendo, entretanto, respirado, o registro deverá ser feito no Livro C auxiliar, com os elementos cabíveis.

QUESTÃO 72

Assinale a opção correta acerca dos registros públicos, de acordo com o entendimento do STJ.

- A Admite-se a alteração do registro de nascimento para inclusão do sobrenome do companheiro, mediante comprovação da união estável, por instrumento público, e anuência do companheiro cujo nome será adotado.
- B É reconhecida a possibilidade de alteração do prenome em caso de cirurgia de transgenitalização, sendo, contudo, vedada a retificação do sexo no assento de nascimento.
- C A ação de retificação de registro civil é a via correta para correção, na certidão de casamento, da atividade profissional.
- D Atingida a maioridade civil, o indivíduo terá prazo de um ano para alterar seu nome, ficando, a partir dessa data, impedido de fazê-lo, ainda que presente razão suficiente para gerar exceções à regra.
- E Menores, ainda que devidamente representados ou assistidos por seus pais, não podem postular retificação no registro civil, mesmo que por justo motivo.

QUESTÃO 73

A respeito do nome estrangeiro, da gratuidade do registro civil e da paternidade, assinale a opção correta.

- A A sentença de legitimação adotiva deve ser registrada no registro de nascimentos, não podendo o oficial fornecer certidão, ainda que por determinação judicial, e o mandado implicará o cancelamento do registro original do adotado.
- B A recusa dos descendentes do falecido em se submeterem ao exame de DNA gera presunção relativa de veracidade na ação de investigação de paternidade.
- C Cabe à União estipular forma de compensação aos registradores civis das pessoas naturais pelos atos gratuitos praticados nos termos da lei.
- D O nome do estrangeiro no registro poderá ser alterado, entre outros motivos, se for de difícil pronúncia e compreensão e se puder ser traduzido ou adaptado à prosódia da língua portuguesa.
- E Consoante posicionamento do STF, é inconstitucional a gratuidade, para os reconhecidamente pobres, do registro civil de nascimento e da certidão de óbito, visto que a delegação do serviço público é exercida por particular e em caráter privado.

Texto para as questões 74 e 75

Determinada pessoa, domiciliada em Timon – MA, proprietária de imóvel rural localizado em Teresina – PI, recebeu, em 8/11/2013, notificação para pagar, até 8/12/ 2013, o ITR relativo ao exercício de 2013. Na data do recebimento da notificação, essa pessoa já tinha acertado informalmente a venda do imóvel, tendo marcado a lavratura da escritura do imóvel em cartório em 11/11/2013.

QUESTÃO 74

Conforme o Decreto Federal n.º 93.240/1986, para lavrar a referida escritura, o tabelião deverá

- Ⓐ facultar às partes a dispensa da certidão fiscal, desde que o adquirente assuma a responsabilidade pelo pagamento dos impostos em atraso, consignando o fato na escritura.
- Ⓑ exigir o comprovante de pagamento do ITR relativo ao exercício de 2012, caso o vendedor não tenha o comprovante de pagamento do ITR relativo ao exercício de 2013.
- Ⓒ exigir o comprovante do pagamento do ITR apenas se o imóvel rural for de alto valor.
- Ⓓ exigir o comprovante de pagamento do ITR relativo ao exercício de 2013.
- Ⓔ exigir o comprovante de pagamento do ITR relativo ao exercício de 2012, ainda que lhe seja apresentado o comprovante de pagamento do ITR relativo ao exercício de 2013.

QUESTÃO 75

Na situação hipotética apresentada, o imposto sobre a transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens ou direitos

- Ⓐ será devido ao estado onde se localizar a serventia de notas em que for lavrada a escritura.
- Ⓑ será devido ao estado do Piauí, em razão da localização da terra.
- Ⓒ não será devido ao estado do Maranhão, por ser o imposto de competência municipal.
- Ⓓ não será cobrado, por se tratar de transmissão onerosa.
- Ⓔ será devido a qualquer dos dois estados, cabendo ao tabelião decidir a esse respeito.

QUESTÃO 76

De acordo com o Código de Normas e Procedimentos dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Piauí, o casal separado judicialmente, já tendo a ação de separação judicial transitado em julgado, desejar converter a separação em divórcio poderá promover a conversão por meio de escritura pública

- Ⓐ se previamente autorizado pelo juiz a fazê-lo, nos autos do processo de separação.
- Ⓑ se a escritura for juntada aos autos do processo de separação.
- Ⓒ mesmo se não apresentar a certidão de averbação da separação.
- Ⓓ tanto se desejarem manter as condições da separação quanto se desejarem alterá-las.
- Ⓔ apenas se desejarem manter as condições da separação.

QUESTÃO 77

De acordo com o Código de Normas e Procedimentos dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Piauí, na hipótese de lavratura de testamento público em cartório de notas localizado nesse estado, antes da morte do testador, cópia do testamento poderá ser fornecida

- Ⓐ ao testador e ao cônjuge ou, por ordem judicial, a terceiro interessado.
- Ⓑ a qualquer pessoa, sem necessidade de apresentação de motivos.
- Ⓒ a qualquer pessoa, desde que mediante motivos justificados.
- Ⓓ ao testador ou, por ordem judicial, a terceiro interessado.
- Ⓔ ao testador e aos herdeiros ou, por ordem judicial, a terceiro interessado.

QUESTÃO 78

Suponha que seja levada ao cartório, para autenticação, cópia acompanhada do original de um documento escrito no Egito, em língua árabe, da qual o tabelião não tem qualquer conhecimento. Nessa situação, conforme o Código de Normas e Procedimentos dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Piauí, o tabelião pode autenticar a cópia,

- Ⓐ desde que seja apresentada a tradução para o português, ainda que por tradutor não juramentado.
- Ⓑ se o documento for ratificado pela embaixada ou por consulado do Egito no Brasil.
- Ⓒ desde que o interessado a assine, com afirmação de que seja verdadeira.
- Ⓓ já que não há requisitos a serem cumpridos.
- Ⓔ desde que extraia ele mesmo uma cópia do documento.

QUESTÃO 79

Considere que determinado tabelião de um cartório de notas localizado no estado do Piauí tenha recebido, para reconhecimento de firma, um documento assinado por uma pessoa que se tenha declarado sócio-diretor e representante de determinada pessoa jurídica. Nessa situação, o tabelião poderá reconhecer a firma na qualidade de representação,

- A** desde que o documento esteja acompanhado do contrato social que indique os poderes de representação do signatário.
- B** desde que o documento esteja acompanhado de certidão que, emitida pelo órgão de registro de comércio do estado do Piauí, ateste os poderes de representação do signatário.
- C** independentemente de qualquer requisito.
- D** desde que o documento esteja acompanhado de certidão que, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, ateste os poderes de representação do signatário.
- E** desde que o documento esteja acompanhado de certidão que, emitida pela Secretaria de Fazenda do Estado do Piauí, ateste os poderes de representação do signatário.

QUESTÃO 80

Consoante dispõe o Código de Normas e Procedimentos dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Piauí, se o apresentante de um título para protesto, por má-fé, fornecer o endereço reconhecidamente errado do devedor, o tabelião deve

- A** requerer às autoridades tributárias o endereço fiscal e fazer a intimação no endereço correto, sem informar o apresentante.
- B** comunicar o fato ao juiz corregedor.
- C** comunicar o fato à autoridade policial.
- D** devolver o título ao apresentante e determinar a imediata correção do endereço.
- E** requerer às autoridades tributárias o endereço fiscal e retificar o endereço no título, sem informar o apresentante.

QUESTÃO 81

Determinado título foi protocolado para protesto em 9/9/2013, segunda-feira, no serviço de distribuição de títulos de um município e enviado ao devido cartório de protesto em 10/9/2013, terça-feira. Por questões de logística, a intimação somente ocorreu em 16/9/2013, segunda-feira, véspera de feriado municipal.

Com base nessa situação hipotética e nas disposições do Código de Normas e Procedimentos dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Piauí, é correto afirmar que o tabelião poderia lavrar o protesto após o final do expediente de

- A** 13/9/2013, sexta-feira.
- B** 18/9/2013, quarta-feira.
- C** 19/9/2013, quinta-feira.
- D** 20/9/2013, sexta-feira.
- E** 12/9/2013, quinta-feira.

QUESTÃO 82

Suponha que determinado credor tenha apresentado regularmente um título para protesto no serviço de distribuição de um município. Nessa situação hipotética, consoante dispõe o Código de Normas e Procedimentos dos Serviços Notariais e de Registro do estado do Piauí, o apresentante pode desistir do protesto e retirar o título, se pagar os emolumentos e as despesas e formalizar o requerimento de desistência antes

- A** da expedição da intimação.
- B** da lavratura do protesto.
- C** do pagamento do título.
- D** da chegada do título ao cartório de protesto.
- E** da protocolização do título no cartório de protesto.

QUESTÃO 83

De acordo com Lei Federal n.º 8.935/1994, ao tabelião de protesto, no uso de suas atribuições, cabe

- A** receber o pagamento dos títulos protocolados, dar quitação, e averbar as sustações de protesto determinadas pelo Poder Judiciário.
- B** indicar, na intimação, a conta bancária do credor, para pagamento do título, e averbar os cancelamentos de protesto.
- C** receber o pagamento dos títulos protocolados, dar quitação e averbar os cancelamentos de protesto.
- D** indicar, na intimação, a conta bancária do credor, para pagamento do título, e averbar as sustações de protesto determinadas pelo Poder Judiciário.
- E** indicar, na intimação, a conta bancária do credor, para pagamento do título, e averbar as alterações necessárias para atualização dos registros efetuados.

QUESTÃO 84

Acerca da Lei n.º 9.492/1997 (Lei de Protesto), que nomeia os devedores, em conformidade com a natureza do título de crédito, e estabelece normas sobre lavratura de protesto, assinale a opção correta.

- A** O devedor de um cheque é o sacado, e o protesto por falta de pagamento contra ele pode ser tirado independentemente de seu aceite sobre o título.
- B** O devedor de uma duplicata é o sacado, e o protesto por falta de pagamento contra ele somente pode ser tirado se ele tiver dado o aceite sobre o título.
- C** O devedor de uma nota promissória é o emitente, e o protesto por falta de pagamento contra ele somente pode ser tirado se ele tiver dado o aceite sobre o título.
- D** O devedor de uma letra de câmbio é o sacado, e o protesto por falta de pagamento contra ele pode ser tirado independentemente de seu aceite sobre o título.
- E** O devedor de uma letra de câmbio é o sacado, e o protesto por falta de pagamento contra ele somente pode ser tirado se ele tiver dado o aceite sobre o título.

QUESTÃO 85

O princípio da publicidade, incidente sobre os serviços de registro imobiliário, tem natureza

- A** sempre passiva.
- B** neutra.
- C** sempre ativa.
- D** em geral, ativa e, extraordinariamente, passiva.
- E** em geral, passiva e, extraordinariamente, ativa.

QUESTÃO 86

De acordo com a Lei de Registros Públicos, é objeto de averbação

- A** o contrato de locação de prédio com cláusula de vigência para o caso de alienação da coisa locada.
- B** a servidão.
- C** a extinção de direito real por cancelamento.
- D** o usufruto sobre imóvel quando não resultar do direito de família.
- E** a hipoteca convencional.

QUESTÃO 87

No que se refere à interpretação do rol de livros previstos na Lei de Registros Públicos, são facultativos, nas serventias de registro de imóveis, a manutenção e o preenchimento do livro de

- A** registro auxiliar.
- B** indicador real.
- C** indicador pessoal.
- D** indicador do protocolo.
- E** registro geral.

QUESTÃO 88

A Lei n.º 10.257/2001, que estabelece as diretrizes gerais da política urbana, prevê, entre os instrumentos chamados jurídicos,

- A** a contribuição de melhoria.
- B** o zoneamento ambiental.
- C** os planos de desenvolvimento econômico e social.
- D** os incentivos e benefícios fiscais e financeiros.
- E** as limitações administrativas.

QUESTÃO 89

Em relação à pretensão de pessoa jurídica estrangeira instalar-se no Brasil para explorar atividade agropecuária, assinale a opção correta de acordo com a Lei n.º 5.709/1971.

- A** É necessária a obtenção de autorização para o funcionamento da pessoa jurídica no Brasil, além da comprovação de ser a atividade agropecuária objetivo estatutário e da aprovação do projeto de exploração da atividade pelo Ministério da Agricultura.
- B** É necessária a obtenção de autorização para o funcionamento da pessoa jurídica no Brasil, além do registro, no Brasil, das patentes da tecnologia a ser aplicada na atividade agropecuária e da aprovação do respectivo projeto pelo Ministério da Agricultura.
- C** A pessoa jurídica deve realizar depósito prévio de parte do valor a ser investido na atividade, sendo necessários a obtenção de autorização para o seu funcionamento no Brasil e o registro, em território brasileiro, das patentes da tecnologia a ser aplicada no desenvolvimento da atividade.
- D** É necessária a obtenção de autorização para o funcionamento da pessoa jurídica no Brasil, além do depósito prévio de parte do valor a ser investido na atividade agropecuária e da aprovação do respectivo projeto pelo Ministério da Agricultura.
- E** A pessoa jurídica deve realizar depósito prévio de parte do valor a ser investido, sendo necessárias a obtenção de autorização para o seu funcionamento no Brasil e a comprovação de ser a atividade agropecuária o objetivo estatutário.

QUESTÃO 90

Caso seja protocolado, em cartório de registro de imóveis, um título que promova o destaque de uma parcela de uma gleba pública, o registrador deve, de acordo com a Lei de Registros Públicos, realizar a retificação do memorial descritivo da área remanescente

- A** somente após o registro do título.
- B** após três anos do registro do título do primeiro destaque.
- C** no mês seguinte ao do protocolo do título.
- D** no ano seguinte ao do registro do próprio título.
- E** juntamente com o registro do próprio título.

QUESTÃO 91

No que se refere ao registro de sociedades simples, assinale a opção correta com base no disposto no Código de Normas e Procedimentos dos Serviços Notariais e de Registro do estado do Piauí.

- A** Caso haja testemunhas no ato de registro, o reconhecimento de suas firmas é obrigatório.
- B** As normas do Código Civil relativas ao registro de empresas aplicam-se também às sociedades simples não empresárias.
- C** As regras do Código Civil relativas ao registro de empresas não se aplicam à atividade do registrador civil.
- D** Ao registrar uma sociedade simples, o oficial deve observar subsidiariamente as normas destinadas ao registro de associações.
- E** É indispensável, para o referido registro, a assinatura de duas testemunhas.

QUESTÃO 92

De acordo com o Código de Normas e Procedimentos dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Piauí, ao registrador, no exercício das atividades de registros de pessoas jurídicas, é permitido

- A** registrar sociedades civis de prestação de serviços que incluam, entre suas finalidades, qualquer atividade de advocacia, desde que não configure sociedade de advogados.
- B** averbar atos relativos às organizações religiosas, independentemente de seus respectivos atos constitutivos estarem registrados naquele ofício do registro.
- C** registrar empresários individuais.
- D** registrar mais de uma associação com os mesmos membros e finalidades distintas.
- E** registrar duas associações com qualificações semelhantes, ainda que tais semelhanças as tornem suscetíveis de serem confundidas.

QUESTÃO 93

De acordo com a Lei de Registros Públicos, no pedido de matrícula de jornais e demais publicações periódicas, devem constar

- A** marca, modelo, ano e capacidade de impressão do equipamento de impressão.
- B** endereço de localização e nome do proprietário das oficinas impressoras.
- C** capacidade de impressão e endereço de localização das oficinas impressoras.
- D** marca, modelo, ano e endereço de localização do equipamento de impressão.
- E** marca, modelo, ano e nome do proprietário do equipamento de impressão.

QUESTÃO 94

Considere que um cidadão pretenda levar três documentos ao registro de títulos e documentos: o termo de um penhor comum sobre uma coisa móvel; o termo de caução de um título de crédito pessoal; e o termo de uma escritura de união estável. Nessa situação, de acordo com a Lei de Registros Públicos, é prevista a transcrição

- A** do termo de caução de título de crédito pessoal e do termo de escritura de união, apenas.
- B** dos três documentos.
- C** do termo de penhor comum sobre coisa móvel e do termo de caução de título de crédito pessoal, apenas.
- D** do termo de escritura de união estável, apenas.
- E** do termo de penhor comum sobre coisa móvel e do termo de escritura de união estável, apenas.

QUESTÃO 95

Suponha que determinada serventia acumule as funções de registro civil, de títulos e documentos e de pessoas jurídicas, e que seja ela a única a realizar tais funções em determinado município de significativa extensão territorial. Suponha, ainda, que, nesse município, haja dois distritos densamente povoados. Com base nessa situação hipotética e na Lei n.º 8.935/1994, assinale a opção correta.

- A** O cartório deve abrir sucursais em ambos os distritos, cada uma delas com a atribuição de executar apenas os serviços registrais da matriz que forem objeto de autorização específica concedida por ato do tribunal de justiça respectivo.
- B** Deve haver um cartório de registro com as três funções em cada uma das referidas sedes distritais.
- C** Deve haver um cartório de registro civil em cada uma das referidas sedes distritais, não havendo previsão para as demais funções registrais.
- D** O cartório deve abrir sucursais em ambos os distritos, cada uma delas com a atribuição de executar todos os serviços registrais da matriz.
- E** Deve haver um cartório de registro de títulos e documentos em cada uma das referidas sedes distritais, não havendo previsão para as demais funções registrais.

QUESTÃO 96

De acordo com a Lei de Registros Públicos, prescindem de registro em cartório de registro de títulos e documentos, para aquisição de eficácia jurídica,

- A** os contratos de hipoteca de imóvel como garantia de contrato de mútuo.
- B** os documentos decorrentes de depósitos feitos em garantia de cumprimento de obrigações contratuais.
- C** as cartas de fiança, em geral, feitas por instrumento particular, seja qual for a natureza do compromisso por elas abonado.
- D** os contratos de locação de serviços não atribuídos a outras repartições.
- E** as quitações, recibos e contratos de compra e venda de automóveis.

QUESTÃO 97

O comitê responsável pelo Prêmio Nobel da Paz de 2013, frustrando expectativas generalizadas concentradas na adolescente paquistanesa Malala Yousafzai, atingida por tiro na cabeça ao defender a inclusão feminina no sistema educacional paquistanês, confere o prêmio à

- A** Organização para a Proibição de Armas Químicas.
- B** Organização para a Libertação da Palestina.
- C** Cruz Vermelha Internacional.
- D** Organização das Nações Unidas.
- E** União Europeia.

QUESTÃO 98

Acidentes recentes com barcos de imigrantes clandestinos africanos que se dirigiam à Europa em busca de melhores condições de vida foram noticiados em todo o mundo. Com centenas de vítimas fatais, episódios como esse trazem à tona um problema de grande proporção, qual seja, o modo como, nos dias de hoje, países desenvolvidos tratam a questão da imigração. Acerca desse tema, assinale a opção correta.

- A** O Estatuto Geral da União Europeia impede que qualquer integrante do bloco faça uso de medidas radicais contra imigrantes que vivam em suas fronteiras, a exemplo da deportação sumária.
- B** No cenário de globalização que caracteriza o mundo contemporâneo, tecnologicamente cada vez mais avançado, não há limites à circulação de produtos, pessoas e capitais.
- C** O governo inglês enviou recentemente ao parlamento proposta de legislação que dificulta aos imigrantes ilegais acesso à saúde, aos serviços públicos e à moradia, entre outros.
- D** Por ser importante parceiro econômico do Reino Unido e da Espanha, o Brasil ficou imune às restrições impostas por esses países à imigração, legalizada ou não.
- E** Pátria da revolução cujo lema era liberdade, igualdade e fraternidade, a França é o país europeu que mais oportunidades de acesso ao seu território oferece a imigrantes africanos.

QUESTÃO 99

Nos centros urbanos densamente povoados, o cidadão despende cada vez mais tempo no trânsito de casa ao trabalho e vice-versa, o que requer investimentos públicos que garantam

- A** o pleno emprego.
- B** a segurança da população.
- C** a mobilidade urbana.
- D** sistemas de saúde de qualidade.
- E** educação escolar voltada para a consciência crítica.

QUESTÃO 100

Em 5/10/2013, a CF completou vinte e cinco anos. Elaborada para ser o instrumento jurídico-político da nova ordem democrática brasileira, após duas décadas de regime autoritário, a CF tem, particularmente no artigo 5.º, que trata dos direitos e garantias individuais e coletivos, sua marca registrada. Essa característica levou o presidente da constituinte, o deputado Ulysses Guimarães, a chamá-la de

- A** Carta magna.
- B** Constituição liberal.
- C** Constituição viva.
- D** Constituição cidadã.
- E** Carta parlamentar.